

Seu objetivo é coibir as ações que possam acarretar danos ao meio ambiente e à saúde pública e prevenir acidentes com os profissionais que atuam na coleta, armazenamento, transporte, tratamento e destinação dos resíduos de serviços de saúde, através de aprovação das diretrizes básicas à luz da legislação sanitária e ambiental a serem adotadas pelos estabelecimentos no gerenciamento dos resíduos sólidos desde a sua geração até sua destinação final (aterramento, incineração ou outra técnica).

Estudos apontam para falta de conscientização dos geradores de resíduos em destinar, de maneira apropriada, o lixo produzido com o mínimo de impacto ambiental, isto é, de maneira a não alterar as propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente.

A própria Anvisa realizou uma pesquisa demonstrando que de 120 mil toneladas de lixo urbano produzidos no Brasil, até três por cento é produzido em estabelecimentos de serviços de saúde e dessa porcentagem, até vinte e cinco por cento pode ser considerado resíduo perigoso².

Mesmo considerando que os resíduos considerados “perigosos” são os que causam maior impacto ambiental e riscos à saúde humana e ao meio ambiente, é certo que a RDC nº 33 trata da destinação de todo resíduo gerado nos estabelecimentos de serviço de saúde, desde o lixo comum, até o lixo radioativo, apresentando, inclusive, uma classificação.

A RDC nº 33 classifica os resíduos em:

- 1.** Grupo A (potencialmente infectantes) – que contenham agentes biológicos que podem trazer risco de infecção. (Exemplo: bolsa de sangue contaminada)
- 2.** Grupo B (rejeitos químicos) – que contenham substâncias químicas capazes de causar doenças ou contaminação ao meio ambiente, independente de serem inflamáveis, corrosíveis, reativos e tóxicos. (Exemplo: Substâncias para revelação de radiografias)
- 3.** Grupo C (rejeitos radioativos) – materiais que contenham radioatividade em carga acima do padrão. (Exemplo: Exames de Medicina Nuclear)
- 4.** Grupo D (resíduos comuns) – qualquer lixo que não esteja contaminado ou não provoque acidentes. (Exemplo: gases, luvas, gesso, etc.)
- 5.** Grupo E (perfurocortantes) – instrumentos que possam furar ou cortar. (Exemplo: Bisturis, lâminas, etc.)

A partir do normativo, os estabelecimentos deverão minimizar a produção de resíduos e proporcionar aos resíduos gerados, um encaminhamento seguro e eficiente de modo a proteger os profissionais envolvidos no processo de manejo e destinação, além de preservar a saúde da população e o meio ambiente.

A RDC nº 33 é inovadora e praticamente exaustiva, abrangendo o problema do lixo gerado nos estabelecimentos de serviço de saúde à luz de todo o normativo referente à matéria, isto é, legislação ambiental, legislação sanitária, normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear e regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, trazendo em seu bojo as medidas técnicas, administrativas e normativas de acordo com o princípio da biossegurança e que servirão de base para a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Embora atinja somente os geradores de resíduos de serviços de saúde, entendemos ser um enorme passo para superar alguns grandes obstáculos impostos por todos os geradores de lixo, sendo eles, da área de saúde, da indústria, do comércio, escolas ou a própria população.

O maior obstáculo existente é a desinformação, haja vista que embora nunca tanta informação ambiental esteja tão acessível como atualmente, muitos ainda não sabem que alguns de seus atos podem ocasionar dano ao meio ambiente e a RDC nº 33 esclarece muitos pontos que antes eram obscuros ou que estavam em leis esparsas e de complicada compreensão, como por exemplo, o caso das clínicas que despejavam o “revelador” de exames radiológicos diretamente na rede de esgoto.

De se concluir que a RDC nº 33 foi criada para normatizar o que não estava totalmente definido e a grande vantagem para a classe médica, parceira dos órgãos de proteção à saúde da população, é o esclarecimento de como proceder para preservar o meio ambiente e a saúde pública.

Em breve o Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem, por meio de sua assessoria jurídica estará colocando à disposição de seus membros uma cartilha esmiuçando a Resolução para auxiliar na elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde.

São Paulo, 10 de junho de 2003.

Dra. Nadja Christiane da Silva é advogada da área tributária da Bueno Barbosa Advogados Associados, assessoria jurídica do CBR

Fontes de pesquisa:
www.anvisa.gov.br
www.conhecerparaconservar.org
www.cnen.gov.br

¹ Lei que estabelece as sanções a serem aplicadas em face de infrações à Legislação Sanitária Federal

² Fonte: assessoria de imprensa da ANVISA – site – www.conhecerparaconservar.org